



Índice

- 01** Corumbá e Porto Murtinho discutem limites territoriais
- 02** Criança indígena aparece ferida dentro de UTI em circunstâncias misteriosas
- 03** Reserva de Dourados será remarcada pela Funai
- 04** Deputada Janete pede resposta às reivindicações dos índios do Tumucumaque
- 05** Soja na região de Suiá-Missú está sob ameaça
- 06** As letras indígenas, segundo Daniel Munduruku
- 07** Acre vai construir 49 escolas indígenas em 18 territórios; obras custam R\$ 3 milhões
- 08** Escola Guateka Marçal de Souza vai oferecer ensino profissionalizante
- 09** Governo garante benefícios para o distrito de Extrema
- 10** Tião Viana recebe lideranças de Tarauacá e garante apoio na celebração do centenário da cidade
- 11** Nota sobre o assassinato do Guarani Kaiowá Denilson Barbosa e as investigações
- 12** Prefeito Chico Território visita Comunidade Quilombola e vistoria linhas vicinais
- 13** Acabou o tempo de obras públicas com nome de políticos
- 14** Incra assentou suspeito de mandar matar extrativistas



Corumbá e Porto Murtinho discutem limites territoriais

SÍTIO MSNOTÍCIAS, 04.03.2013

Os prefeitos de Porto Murtinho e Corumbá, Heitor Miranda dos Santos e Paulo Duarte, ambos do PT, começam a procurar solução para dúvidas que ainda persistem acerca dos limites territoriais dos dois municípios na região próxima à cabeceira do Rio Naitaka, na serra da Bodoquena, onde se localiza a reserva dos índios kadiwéu.

Nesta segunda-feira, 4, os dois prefeitos devem ter um encontro para tratar do assunto. Mas, na sexta-feira passada (1º/03), a prefeitura murtinhense deu o primeiro passo ao celebrar um convênio com a Acirk (Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu), pelo qual a ONG foi autorizada a colocar os marcos de concreto necessários para o Georreferenciamento do curso do Rio Naitaka.

O convênio tem o aval da Fundação Nacional do Índio (Funai) e baseia-se em documentos e registros históricos oficiais reconhecidos por lei. Para implantar os marcos e georreferenciar o curso superior do Naitaka, numa extensão de 22,8 km em linha reta, e de aproximadamente 28,4 Km acompanhando o curso do rio, a Acirk teve o apoio da Prefeitura e da Fundação Nacional do Índio (Funai), com ajuda financeira da Organização Não-Governamental IWGIA (International Work Group for Indigenous Affairs), com sede em Copenhague, na Dinamarca.

HISTÓRICO - Para sustentar seus objetivos, o convênio destaca os registros históricos. Lembra que Porto Murtinho foi criado por lei estadual em 20 de setembro de 1911, desmembrado do Município de Corumbá, em maior parte à altura do Rio Naitaka, de sua principal cabeceira, na Serra da Bodoquena, à foz no Rio Nabileque. Outra porção territorial ocupa o trecho do Nabileque, desde a foz do Naitaka à foz do próprio Nabileque, no Rio Paraguai.

Esses limites haviam sido definidos poucos anos depois da oficialização das áreas reservadas para o uso dos índios kadiwéu ao sul do Naitaka e do Nabileque, a leste dos rios Paraguai, ao norte do Aquidabã e a oeste da Serra da Bodoquena. Estas referências foram consolidadas em três documentos centrais: uma ordem de serviço do engenheiro Antônio Pedro Alves de Barros, então presidente do Estado de Mato Grosso, no final de 1899; o relatório de demarcação feito pelo engenheiro Barros Maciel, em 25 de fevereiro de 1900; e a confirmação da demarcação, em agosto de 1903.

Assim, o Rio Naitaka passou a ser ponto comum para referenciar as divisas dos municípios de Corumbá e Porto Murtinho com a reserva indígena. Mais tarde, outros quatro atos do governo federal reconheceram essas divisas, entre os quais a demarcação conveniada entre Funai e a DSG (Diretoria do Serviço Geográfico do Exército), e um decreto de abril de 1984, assinado pelo presidente da República, João Baptista de Figueiredo, ambos registrados e no Serviço de Patrimônio da União e no Registro de Imóveis de Porto Murtinho, em 22 de maio de 1984.

CONT.



OCUPAÇÃO DA RESERVA - Assinado por Heitor, pela procuradora jurídica Débora Gibim, o presidente e o vice da Acirk, Ambrózio da Silva e Domingos Pedroso, o convênio salienta que a divisa ao longo da Serra da Bodoquena, embora calculada com precisão pela DSG e materializada com a colocação de marcos, as divisas hidrográficas não foram materializadas. "Isso permitiu que pecuaristas de Corumbá se instalassem na reserva Kadiwéu, afirmando - inclusive em juízo - estar em território corumbaense, sem a exigência de revelarem as coordenadas geográficas de suas posses.

Diante da polêmica e do delicado ambiente de tensão entre índios e fazendeiros na reserva, e com o objetivo de permitir à Justiça Federal a confrontação das coordenadas geográficas dessas posses com a divisa georreferenciada dos Municípios de Corumbá e de Porto Murtinho, a Acirk decidiu busca apoio financeiro da ONG dinamarquesa IWGIA. O primeiro serviço de georreferenciamento - e ainda existente - foi feito a partir do Marco Zero, pelo engenheiro Barros Maciel, em 16 de dezembro de 1899. A Acirk, autorizada pela Funai e a partir de outubro de 2005, colocou 43 marcos de concreto armado, com 70 cm de altura acima do solo e 40 cm de profundidade.

Os problemas maiores começaram quando o grupo de execução da Acirk tentou colocar o Marco 44 e passou a sofrer ameaças. Os índios mudaram então sua estratégia e resolveram continuar o serviço a partir da foz do Naitaka, no Nabileque. Mas o trabalho foi interrompido novamente e só serão tomados dentro de 15 dias, conforme prevê o convênio. As partes conveniadas garantem que, por enquanto, o trecho da divisa dos municípios e da Reserva ao longo do Nabileque não apresenta necessidade de Georreferenciamento, por tratar-se de uma espaço sem atrativo para ocupações ou invasões devido à largura do rio.

IMPORTÂNCIA - O prefeito Heitor Miranda destaca a importância do convênio, citando uma de suas cláusulas: "Por parte da Prefeitura, a demarcação rigorosa da divisa pelo Naitaka se reveste do maior interesse, destacando-se as razões fiscais e a confirmação territorial georeferenciada do Município". E ressalta ainda as razões históricas e a busca de uma solução harmoniosa para todas as partes.

A placa de bronze para cada um dos marcos terá a seguinte indicação: "Prefeitura Municipal de Porto Murtinho-MS, em convênio com a Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu (Acirk) e com apoio do IWGIA. Marco georreferenciado de apoio à linha de divisa pelo Rio Naitaka, conforme decreto nº 578, de 24.04.1984, do presidente João Baptista de Figueiredo".

Além de trabalhar em cooperação com as autoridades corumbaenses, a Prefeitura de Porto Murtinho integrará o grupo de execução da Acirk, com os agentes de fiscalização que julgar necessários. Serão disponibilizados, para segurança das equipes de campo, um destacamento de segurança com, no mínimo, dois agentes da Guarda Municipal.



Criança indígena aparece ferida dentro de UTI em circunstâncias misteriosas

SÍTIO ACRÍTICA, 04.03.2013

Bebê da etnia Matis há cinco meses está em tratamento em Manaus, devido uma pneumonia, mas ocorrências verificadas durante o tempo em que ele se encontra no Icam chamaram a atenção dos médicos.

Foto: Euzivaldo Queiroz



Há cinco meses o bebê Matis foi trazido com pneumonia do Vale do Javari para a Casai Manaus

O que seria apenas um tratamento de saúde em um bebê indígena do sexo masculino de seis meses de idade acometido de pneumonia ganhou outras proporções ao longo dos cinco meses em que a criança se encontra hospitalizada em Manaus.

O menino da etnia matis, nascido em uma aldeia da região do Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte (a 1.138 quilômetros de Manaus), chegou à capital acompanhado dos pais em outubro de 2012, foi levado para a Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai) e encaminhado para tratamento no Pronto Socorro da Zona Oeste. Duas semanas depois, foi transferido para o Instituto da Criança do Amazonas (Icam), onde seu quadro se agravou.

Médicos que realizam o tratamento passaram a suspeitar que a mãe do garoto tenha contribuído para o agravamento da saúde do menino, segundo aponta trecho do relatório elaborado pela equipe do Icam. É que, durante o procedimento clínico, foi verificado que a cânula – tubo que auxilia na injeção de medicamentos no organismo – colocada na garganta da criança, por várias vezes esteve fora do lugar. Em seguida, durante uma traqueolaringoscopia, o embulo de uma seringa foi detectado na garganta do bebê.

CONT.



A mãe foi afastada do filho e o hospital registrou um Boletim de Ocorrência em uma delegacia da Polícia Civil. O caso foi comunicado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que optou por encaminhar a ocorrência à Polícia Federal para investigações - o superintendente da PF, Sérgio Fontes, foi procurado, mas não retornou às tentativas de contato telefônico para falar de uma investigação sobre o caso.

“Existem todos os indícios de que os procedimentos de agressão à criança foram feitos pela mãe. Mas falo ‘agressão’ do nosso ponto de vista. Por isso não estou culpando a mãe. Uma pessoa é considerada culpada quando ela transgredir uma determinada norma. Mas, no caso de uma mãe indígena matis, será que do ponto de vista legal eu posso atribuir a ela uma culpa por uma coisa que não faz parte das leis que regem a organização dos matis?”, destacou o secretário estadual de Saúde, Wilson Alecrim, que não forneceu cópia do relatório à reportagem pois o documento tramita em “um processo restrito”.

Conforme Alecrim, o caso foi comunicado aos responsáveis pela saúde indígena, que ficou responsável por repassar o caso aos órgãos competentes federais. Sobre o boletim de ocorrência, ele disse que isto ocorreu (sem o seu conhecimento) tão logo as lesões na criança foram identificadas, mas ele não soube informar se a polícia vai investigar.

Conversa

O Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM), que possui um Ofício para atuar exclusivamente junto aos povos indígenas, não foi procurado nem pela Sesai nem pela Secretaria Estadual de Saúde (Susam).

Somente na última sexta-feira (1º) é que o órgão ficou sabendo, por meio do portal acritica.com, quando este o procurou para obter mais informações. Naquele mesmo dia, um representante do MPF/AM foi ao Icam para obter mais informações sobre a criança Matis.

O MPF/AM também solicitou ao Dsei/Vale do Javari uma cópia do relatório do Icam.

Nessa segunda-feira (4), o MPF/AM enviou nota informando que no sábado (2) o representante do órgão foi até a Casai e conversou na língua matis com os pais do menino.

Conforme o MPF, eles não souberam informar como surgiram os ferimentos na criança e demonstraram preocupação com o estado de saúde do menino e com o fato de não poderem, no momento, acompanhar o filho no hospital. O MPF também destacou que a mãe demonstrou compreender um pouco a língua portuguesa, mas com “enorme dificuldade de se expressar nela”.

Na mesma nota enviada nessa segunda-feira, o MPF/AM conta que continuará acompanhando o caso, buscando contato com a Polícia Civil do Amazonas para que informe sobre o andamento das investigações que apuram a origem dos ferimentos da criança. A assistência prestada pelo hospital e pela Casai ao menino e aos pais também será acompanhada pelo MPF/AM.

CONT.



Suspeita

A reportagem obteve informações do relatório por meio do conselheiro distrital de saúde do Vale do Javari, Jorge Marubo, que, sem condições de enviar a cópia, fez a leitura por telefone, de Atalaia do Norte. No relatório consta que desde o início de fevereiro o paciente apresentou sangramento nos dois ouvidos e na boca.

A criança sofreu uma parada cardíaca e passou a apresentar uma aparência debilitada. O relatório relata que foi detectado embolo de seringa nas vias da sonda e verificou-se que o paciente teve a perda da visão.

Segundo o relatório, a cada alteração na saúde do filho a mãe "apresentava preocupação" e comunicava a situação ao médico. No entanto, uma avaliação psicológica chegou a considerar a mãe da criança "dissimulada". Conforme o relatório, a criança não tem condições de sair do hospital e "definitivamente permanecerá hospitalizada". Ainda de acordo com o documento, a mãe foi afastada porque é "suspeita de tentar o infanticídio".

Polêmica

Funcionários do Dsei/Manaus foram procurados para falar sobre o assunto, mas eles orientaram a reportagem a entrar em contato com a assessoria de imprensa da Sesai, que se limitou a dar informações detalhadas anteriormente pelo secretário Wilson Alecrim.

A controvérsia em torno da possibilidade da mãe ter atentado contra a integridade física do filho também foi levantada durante as tentativas de entrevistas, mas os funcionários preferiram não se manifestar. Apenas um indigenista, morador de Atalaia do Norte, comentou que os matis não têm prática do "infanticídio" e que, caso ocorra, isto acontece "na aldeia" e não quando o tratamento já foi iniciado.

Sequelas

O secretário Wilson Alecrim informou que o bebê deu entrada com um quadro de insuficiência respiratória (septicemia), o que fez com que ele fosse internado imediatamente na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), do Instituto.

"O quadro de saúde da criança se agravou na UTI, havendo a necessidade de se fazer uma traqueostomia no paciente. Em virtude da insuficiência respiratória a criança ficou com sequelas neurológicas", explicou Alecrim.

Transferido da UTI para uma unidade de tratamento semi-intensiva, o bebê estava sendo acompanhado pela mãe, desde que deu entrada no Icam. Conforme Alecrim, alguns acontecimentos verificados com a criança após a transferência dela para o semi-intensivo contribuíram para que a indígena matis fosse afastada do acompanhamento do filho.

CONT.



Dias depois a criança sofreu uma parada respiratória. Mesmo com a reanimação, a criança não voltava a respirar. O paciente foi submetido a uma traqueolaringoscopia, ocasião em que os médicos encontraram o embulo de uma seringa na garganta da criança.

Na primeira semana de fevereiro, a equipe que acompanhava o bebê verificou que o mesmo apresentava sangramentos nos ouvidos e nos olhos, e após examiná-lo constataram que os mesmos haviam sido perfurados.

População

Os índios matis são falantes da língua Pano e de contato relativamente recente. Nos anos 70, a população era estimada em várias centenas. A partir deste período, os matis caíram vítimas de várias epidemias que afetou principalmente idosos e crianças. Nos últimos anos, a população tem crescido.

Atualmente, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) reproduzidos no site do Instituto Socioambiental (ISA), sua população é de 320 pessoas (2010).

“Contudo, ainda persiste o choque demográfico e psicológico decorrente de um contato mal empreendido e desnecessariamente mortífero. Atualmente, os Matis não vivem mais em uma única aldeia e assim retomam de modo tímido o antigo padrão de ocupação territorial”, diz trecho da população dos Povos Indígenas do Brasil do ISA.

Reserva de Dourados será remarcada pela Funai

SÍTIO MIDIAMAX, 04.03.2013



Lideranças indígenas reunidos com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai)

Uma reunião ocorrida na manhã de ontem na Reserva Indígena de Dourados entre as lideranças e a Fundação Nacional do Índio (Funai) de Brasília, tratou da remarcação da Reserva Indígena de Dourados, formada no início do século passado quando diversas etnias viviam dispersas pela cidade foram concentradas em uma área de 3.600 hectares composta pelas etnias Caiuá, Guarani e Terena.

O trabalho de recolocação dos marcos de concreto é de responsabilidade da Funai, que tem um prazo de 56 dias para identificar os locais, que devem ser respeitados por lei. Acredita-se que ao longo dos anos com as novas estradas e a exploração da terra por maquinários agrícolas os índios tenham perdido território.

A Reserva é cercada por propriedades rurais e um dos objetivos é evitar conflitos com fazendeiros. A Funai pediu o apoio dos índios para permitir que os técnicos realizem este tipo de delimitação, mas o que os índios esperam mesmo é a demarcação das terras e não remarcação. Hoje são 14 mil índios vivendo em uma área de 3.600 hectares, mas o crescimento populacional é impressionante. Só para se ter uma ideia, cerca de 400 crianças indígenas nascem por ano.

A expansão da aldeia tem sido a maior necessidade dos últimos anos conforme lembra o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Fernando de Souza. Todas as lideranças indígenas participaram da reunião de ontem e ao final ficou definido que os técnicos irão trabalhar com o acompanhamento das lideranças, conforme assegurou Leomar Mariano, vice-capitão da aldeia Jaguapiru. Além dele também participaram as lideranças da aldeia Bororó e índios que vivem em acampamentos a espera de uma aldeia, os chamados desaldeados.

CONT.



Força nacional

A reunião começou com o novo comandante da Força Nacional em Dourados, capitão Luís Otávio justificando aos índios que o policiamento foi reforçado, estando 24 horas a disposição da comunidade para qualquer chamado. Uma semana nas aldeias Jaguapiru e Bororó segundo ele foi o tempo suficiente para abordar cerca de 400 veículos que circulavam na Reserva. A área tem registrado altos índices de criminalidade com os índios questionando o trabalho da Força Nacional, que está em Dourados exclusivamente para dar mais proteção aos indígenas.



Deputada Janete pede resposta às reivindicações dos índios do Tumucumaque
SÍTIO CHICOTERRA, 04.03.2013

Brasília, 04/03/2012 – A deputada Janete Capiberibe (PSB/AP) cobrou, hoje, ações concretas do Governo Federal como resposta à pauta de reivindicações dos 2 mil índios Tiryós, Katxuyana e Txikyana que moram em 30 comunidades no Parque Indígena Nacional do Tumucumaque, no Amapá e norte do Pará. Em novembro passado, a socialista acompanhou a Assembleia e em seguida remeteu ofícios com as reivindicações aos Ministérios da Saúde e da Defesa, à Casa Civil e entregou pessoalmente a pauta da Assembleia ao ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

Ela diz que, apesar do esforço da Superintendência da Funai do Amapá, a situação é ruim e não está satisfeita com as respostas que, para ela, “desconsideram a gravidade da situação e os direitos constitucionais desses cidadãos indígenas. Deixam transparecer que seus signatários ignoram a obrigação do Estado brasileiro com a integridade desses povos”. O Ministério da Saúde ainda não respondeu ao ofício.

Os índios do Tumucumaque reivindicam a abertura de novas pistas de pouso e a recuperação das existentes; a retomada dos voos da Força Aérea Brasileira entre Missão Tiryós e Macapá; combustível para a geração ininterrupta de energia; apoio do Governo Federal para que façam a vigilância das suas terras, impedindo a ação ilegal e as invasões por garimpeiros e madeireiros no Norte do Pará; e a atenção integral à saúde. Hoje, apenas um médico e uma enfermeira do Exército prestam atendimento à saúde. Em casos de emergência, a vida dos pacientes corre risco, já que não há transporte para deslocá-los às cidades.

Em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, a socialista deu voz ao clamor dos povos do Tumucumaque. “Apelo, de público, à ministra da Casa Civil e, especialmente, ao Ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, colega desta Casa, para que se reverta o processo de sucateamento da FUNAI e para que seja atendida a pauta de dos povos indígenas do Parque Indígena Nacional do Tumucumaque. Ao Ministro da Defesa, para que retome os voos e concerte as pistas de pouso. Ao Ministro Alexandre Padilha, da Saúde, que acione a SESAI, destine recursos e cuide da saúde dos índios do Tumucumaque. Senhores, o que eles pedem está nas suas mãos”.



Soja na região de Suiá-Missú está sob ameaça

SÍTIO 24HORADNEWS, 04.03.2013

Mais de 341 mil hectares de soja, ou 4,3% da área de soja de MT, situada em torno da Terra Indígena Marãiwatsédé, localizada na comunidade Posto da Mata (30 quilômetros de Alto Boa Vista), correm alto risco de serem infectadas pela ferrugem asiática. Isso porque as terras tiveram de ser abandonadas desde dezembro pelos produtores por força da retirada dos ocupantes não índios e motivada por decisão judicial. Segundo o diretor técnico da Aprosoja, Nery Ribas, parte das mais de três mil hectares de soja plantadas nas terras xavantes estão tomadas pela ferrugem. "O momento é de redobrar a atenção, os cuidados e o controle das aplicações de fertilizantes nas lavouras vizinhas, pois há alto potencial de inóculo".

Os focos da ferrugem aumentaram devido à ausência do controle e tratamento da doença, pois somente um produtor conseguiu autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para fazer as devidas aplicações de fungicidas e controle do foco da doença. A não realização da colheita da soja aumentará a proliferação da ferrugem asiática, além da existência de soja guaxa no período do vazio sanitário. "É importante que se realize o controle da ferrugem e também a colheita da soja na comunidade do Posto da Mata, pois muitos produtores vão colher soja até abril", afirma o vice-presidente da região Leste, Gilmar Del'Osbel.

Segundo Gilmar, os produtores dos municípios vizinhos estão fazendo sua parte, tanto que há poucos casos da doença na região. O segundo vice-presidente da região, Endrigo Dalcin, evidencia a importância dos produtores continuarem as aplicações de fungicidas no intervalo de 15 em 15 dias e garantirem uma boa colheita. Até o momento mais de 35% dos 1,2 bilhão de hectares já foram colhidos na região Leste. Caso a ferrugem não interfira na produtividade da soja na região a estimativa é que se colha 3,7 milhões de toneladas de soja.

No fim de janeiro, o Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (Mapa) já havia feito um alerta aos produtores da região, devido à presença da ferrugem nas lavouras situadas na gleba e ao alto índice de umidade que facilita a proliferação do fungo. Na época a situação das lavouras não foi considerada alarmante, mas preocupante pela comissão do Mapa e da Aprosoja em visita às lavouras de soja. O objetivo é reduzir riscos e minimizar as perdas, pois só na safra passada os prejuízos somados pela ferrugem asiática foram de aproximadamente um R\$ 1 bilhão.

As letras indígenas, segundo Daniel Munduruku

SÍTIO OUTRASPALAVRAS, 04.03.2013

"O brasileiro precisa conhecer de verdade que o que ensinam para ele – sobre nossos povos e outros temas – é mentira", afirma Daniel Munduruku em entrevista exclusiva ao Instituto Ecofuturo. Autor de mais de 40 livros e um dos mais respeitados escritores indígenas do país, Munduruku fala da vitalidade dos saberes ancestrais e de como os brasileiros, que são também indígenas na sua essência, ignoram tradições fundadoras da nossa própria identidade. À frente do Instituto Uka – Casa dos Saberes Ancestrais, o escritor acredita na força da literatura como "grito consciente e consistente" de povos cujas vozes foram, durante séculos, silenciadas e luta para que se cumpra a lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e História e Cultura Indígena nas escolas.



Autor de mais de 40 livros, ele quer estender conceito de literatura às danças, músicas e ritos — mas vê na escrita um meio para aproximar distintas culturas indígenas.

Como você descobriu a literatura, como leitor e escritor?

Nunca fui um exímio leitor. Descobri a leitura – e não a literatura – quando já era adolescente. Na escola religiosa em que eu estudava, tinha uma excelente biblioteca e isso me seduzia bastante. No entanto, os livros eram em sua maioria religiosos. Me peguei, assim, lendo biografias de santos; livros que tratavam de questões espirituais. Enfim, eram leituras que tinham a ver com minha formação dessa época de estudos. Um pouco depois passei a escrever alguns textos ligados à catequese e aos momentos de festejos religiosos. Lembro que o primeiro texto que escrevi e tive coragem de mostrar para meu professor de português foi sobre a Páscoa. Ele achou tão bom que pediu que eu reproduzisse no mimeógrafo a tinta e distribuísse na paróquia no dia da Páscoa. Para mim isso foi a glória. Eu tinha uns 16 anos. Depois disso, não lembro de nenhum outro texto que tenha escrito e se tornado público. Recordo-me, porém, que me tornei um leitor voraz de textos literários que me caíam nas mãos.

Como foi a sua experiência, ao se deparar com narrativas e representações tão diferentes das do imaginário indígena, que são aquelas veiculadas pelo cânone literário? Houve conflitos de alguma espécie?

Eu sempre fui muito curioso, desde criança. Nada me surpreendia no mundo imaginário de minha infância.

CONT.



Isso foi fundamental para que não tivesse problemas com as leituras posteriores. Eu entendia que a literatura era um devaneio de gente morta. Autor para mim era um ser distante, habitante de outro mundo. Algumas vezes achava que eles não eram humanos. O que me deixava furioso era como eles conseguiam “amarrar” tantos personagens numa história comovente e verdadeira. As histórias indígenas são muito bem elaboradas também, mas normalmente têm poucos personagens e não têm dramas tão elaborados. Lembro que chegava a perguntar para meus pais e avós sobre isso e eles diziam: “O homem branco não sabe ser simples”. Não entendia nada do que eles falavam naquela hora. Só entendi bem depois – o que me deixou bastante contente, pois era um pensamento muito coerente com a compreensão que tinham da vida.

A apropriação da escrita e da literatura, com todo o seu potencial transformador, pode aproximar diferentes etnias e funcionar como mediadora nos entrecosques de diferentes culturas? Como?

Tenho trabalhado na perspectiva de que a literatura é um caminho de aproximação entre os diferentes povos indígenas. Mesmo sabendo que há uma grande diversidade de saberes e culturas, sinto que a literatura pode funcionar como elemento aglutinador, além de ser um instrumento para “soltar a voz” que tem ficado entalada na garganta de nossa gente ancestral. Nosso desafio é ajudar nossa gente a aprender a usar a escrita como porta-voz. Na medida em que isso for acontecendo, o que era apenas um murmúrio irá tornar-se um grito consciente e consistente.

De que forma os povos indígenas se apropriam da cultura escrita e como a utilizam em seu favor?

A escrita é uma técnica. A gente aprende a escrever. O que a gente tem é que fazer uma ligação entre o pensamento que domina a cultura e a escrita que congela este pensamento. Mas isso também é uma questão de tempo, de treino. Gosto de pensar que a gente indígena já tem a parte mais difícil introjetada no seu próprio ethos: o conteúdo a ser escrito. Temos trabalhado no sentido de ajudar nossos parentes indígenas a colocarem seus pensamentos no papel e dar a ele uma forma literária, acadêmica ou apenas como exercício de reflexão. Quando isso chega inteligível à sociedade brasileira, acreditamos que é nossa forma de contribuir para diminuir a exclusão social a que ainda estamos submetidos.

O que é literatura indígena e quais as abordagens narrativas que geralmente a caracterizam, se é que se trata disso?

Nós remamos contra a maré. Entendemos literatura indígena como o conjunto de manifestações culturais que são reproduzidas por nossa gente em seus rituais, desenhos, cantos, danças, rezas, etc. Fugimos um pouco da ideia de literatura como escrita. Queremos mostrar que este nosso jeito de comunicar é literário. Se pensarmos que no mundo literário é preciso que haja iniciados nele para compreendê-lo, podemos imaginar que nossa forma de fazer literatura é um código que a sociedade não indígena precisa aprender para poder nos compreender. Nosso esforço em compreender a sociedade brasileira passa pelo domínio das novas tecnologias (a escrita entre elas). É justo que a sociedade letrada pense no movimento de nossos corpos como literatura.

CONT.



Claro que estamos tentando aprender direito e adentrando no universo da literatura ocidental seguindo os cânones estilizados que nos propõem, mas queremos criar um jeito todo próprio de nos comunicar a partir desses instrumentos não indígenas.

Tributários que somos como brasileiros, de uma forte tradição indígena, que é parte constitutiva de nós mesmos, quais os estereótipos que ainda persistem na nossa "representação do índio" e como podemos superá-los, reconhecendo essa tradição como nossa ancestralidade?

A ancestralidade não é para ser pensada como algo atrasado e parado no tempo. Este é um dos estereótipos que estão presentes na mente brasileira. O mesmo se pode dizer da tradição. Este conceito está ligado a sociedades paradas no tempo. Não tem falácia mais imprópria. Isso tem que ser combatido com novos conceitos e vivências. É preciso que as pessoas entendam que não há nada de errado em respeitar o passado. O errado é negá-lo. Acontece que muita gente "olha para trás" para ver o passado. Os povos indígenas não fazem isso. O passado se une ao agora, ao presente. Não há nenhuma possibilidade de um indígena chorar o passado, pois ele sabe que este tempo é memorial. Ele não é real. Portanto, o brasileiro é um indígena essencialmente. O indígena é brasileiro apenas por acidente geopolítico. Por isso não entendo um país que não valoriza seus antepassados sem precisar chorar por eles, uma vez que eles estão no seu sangue. Por que isso acontece? Porque nunca ninguém disse isso ao brasileiro. A ele foi ensinado que índio é bicho, atrasado, incompetente no uso da terra, preguiçoso, desumano. Isso é ainda hoje ensinado – se não pelas escolas, em casa – ao inconsciente nacional. A mídia tem muita responsabilidade sobre isso, até mais que a escola. Aliás, a escola é sempre a última a receber notícias atualizadas sobre os povos indígenas; há muitas dezenas de anos que ensina a mesma coisa porque acredita que o que está estabelecido é a verdade absoluta. O brasileiro precisa conhecer de verdade que o que ensinam para ele – sobre nossos povos e outros temas – é mentira.

Em entrevista recente, você afirmou: "Um adulto, se quiser ler meus livros, terá que fazer um exercício para ouvir suas vozes ancestrais. Isso as crianças fazem sem esforço". Por quê?

As crianças têm um canal aberto com sua ancestralidade. Elas são emotivas e conseguem chegar onde os adultos não chegam. Os adultos costumam ser bloqueados pelas vozes da escola, da economia ou da política. Isso os impede de "acordar" as memórias ancestrais que trazem em si. O adulto precisa se curvar a esta verdade, caso queira compreender a escrita indígena.

Se oferecermos, desde a primeira infância, a música dessa voz ancestral, teremos chance de formar adultos melhores, capazes de ouvir, respeitar e dialogar com essa voz?

Penso que crianças completas serão adultos completos. Ponto. Simples assim. A criança vem sem defeito de fábrica. Portanto, vem trazendo consigo todo o equipamento para viver bem. Acontece que ela cai num mundo que acha o contrário, pensa que ela vem sem nada e que precisa ser formada – colocada na forma – para ser "alguém" na vida. A solução do dilema é educar a criança para ser criança e nada mais. Qualquer outra tentativa de fazê-la ser o que ela não pode ser vai transformá-la em adulto frustrado.

CONT.



Uma das frentes trabalhadas pelo Instituto Uka – Casa dos Saberes Ancestrais é a Caravana Mekukradjá, que visa difundir a literatura indígena. Entre as atividades oferecidas, há cursos e palestras para professores sobre como trabalhar a questão indígena em sala de aula. Em linhas gerais, quais as orientações repassadas aos docentes?

Procuramos mostrar aos educadores exatamente o que dissemos atrás: tá tudo errado na compreensão de nossos povos indígenas. A gente tem que desconstruir o paradigma que eles trazem dentro de si, fruto da educação familiar e escolar. Fruto da universidade que não o ajudou a colocar algo novo em sua mente. Dizemos aos educadores que é preciso tratar a criança como criança e não como um investimento futuro. Dizemos que é preciso que o educador saiba que tipo de ser humano ele acredita estar formando. Aí questionamos as suas crenças, seus dogmas. Às vezes temos êxito, outras não. Isso faz parte do processo.

O Concurso FNLIJ Curumim chega este ano à sua 10ª edição. O que há para comemorar e quais os desafios ainda encontrados?

Comemoramos muitas conquistas. Uma delas é termos chegado à 10ª edição com muitos bons resultados. Este concurso, assim como outras iniciativas que mantemos, tem valorizado o professor que trabalha a temática indígena em sala de aula utilizando a literatura como instrumento. Faz com que o educador procure conhecer a produção literária dos indígenas brasileiros; ele influencia seus alunos; ajuda-nos a “corromper” a cabeça das crianças e jovens para aquilo que consideramos um ganho futuro: teremos adultos mais conscientes de seu papel numa sociedade multicultural como a nossa. Ainda assim, temos desafios. Temos que fazer as escolas e os educadores conhecerem a lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e História e Cultura Indígena nas escolas; temos que formar educadores para trabalharem a temática indígena de forma adequada; temos que organizar muitas caravanas para mostrar nossa produção literária. Daí a importância do Instituto Ecofuturo e do Instituto C&A, que são nossos parceiros nesta empreitada, porque, como nós, acreditam na possibilidade de formamos seres humanos mais compatíveis com a realidade multifacetada que hoje temos.

Além da literatura, quais outros instrumentos e expressões estéticas podem contribuir para a abordagem aprofundada da questão indígena?

Dizia mais acima que todas as manifestações da cultura indígena se prestam para a compreensão de nossa diversidade. Neste sentido é importante pensar estas manifestações como parte da cultura e não separada dela. A cultura é um conjunto. É bobagem tentar extrair dela elementos distintos. Uma cultura tem que ser compreendida em sua totalidade e não apenas através de suas manifestações. Quem faz isso é o ocidental, que aprende a dividir os conhecimentos em quadrados guardados a sete chaves. A nova escola tem que pensar no conjunto. O novo ser humano tem que ter isso claro. Caso contrário, ele não será novo.

CONT.



Escritor indígena com 43 livros publicados, Daniel Munduruku é graduado em Filosofia, com licenciatura em História e Psicologia. Doutor em Educação pela USP, é Diretor Presidente do Instituto UKA – Casa dos Saberes Ancestrais. Pelo seu trabalho, recebeu diversos prêmios, no Brasil e no exterior, como o Prêmio Jabuti, Prêmio da Academia Brasileira de Letras, Prêmio Érico Vanucci Mendes (CNPq) e Prêmio Tolerância (UNESCO). Muitos de seus livros receberam o selo Altamente Recomendável da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ.

Acre vai construir 49 escolas indígenas em 18 territórios; obras custam R\$ 3 milhões
SÍTIO PORTALAMAZONIA, 04.03.2013

As escolas vão atender 3 mil estudantes indígenas do Estado, em diversas cidades. A entrega das obras vai até 2014.



Estudantes indígenas do Acre vão receber 49 escolas.
Foto: Divulgação/ Semcom-Acre.

RIO BRANCO – Cerca de 3 mil estudantes indígenas residentes no Estado do Acre vão receber 49 escolas divididas em 18 territórios. Cada escola terá até cinco salas de aula e o custo total é de R\$ 3 milhões, segundo informações Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Acre (SEE/AC).

As escolas serão erguidas até 2014 em todas as cidades com população indígena, garantiu a secretaria. A construção das unidades escolares integra os projetos Proteção Florestal em Terras Indígenas e Fortalecimento da Produção Sustentável em Terras Indígenas.

Atualmente, a educação indígena abrange mais de 7 mil estudantes de 182 escolas distribuídas em 176 aldeias localizadas no Acre. Essas comunidades indígenas também conquistaram o direito de elaborar projetos educacionais que favoreçam a afirmação de suas diferenças culturais.

Para Maria do Socorro de Oliveira, coordenadora da educação indígena da SEE, a escola indígena tornou-se um local de afirmação étnica para as comunidades beneficiadas pelas ações promovidas pela secretaria. "Incentivamos a valorização das línguas maternas, a utilização dos próprios sistemas de ensino e a produção de materiais didáticos específicos, pensando sempre no bem-estar entre os técnicos e as comunidades em que eles atuam".

Entre 2010 e 2012, a secretaria entregou 22 escolas distribuídas em 11 terras indígenas nos municípios Vale do Juruá, Alto Acre e Tarauacá-Envira. As escolas atenderam 617 alunos e custaram mais de R\$ 1 milhão.



Escola Guateka Marçal de Souza vai oferecer ensino profissionalizante

SÍTIO AGORAMS, 04.03.2013

Construção de novas salas de aula está em processo de licitação pelo governo do Estado.

Está em andamento o processo licitatório para a ampliação da Escola Estadual de Ensino Médio Intercultural Guateka – Marçal de Souza, situada na Aldeia Jaguapiru, dentro da Reserva Indígena de Dourados. O governo do Estado vai construir, naquele estabelecimento de ensino, cinco laboratórios científicos, uma biblioteca, dois laboratórios tecnológicos e um refeitório.

A ampliação será executada com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como resultado de articulações do deputado federal Geraldo Resende e da secretária estadual de Educação Nilene Badeca, somando investimentos da ordem de R\$ 722 mil. A medida complementa outras ações dos governos federal e estadual na mesma escola, entre elas a reforma total, inaugurada em novembro de 2009, substituindo a casa de pau a pique que existia anteriormente, bem como a construção de uma quadra coberta, que está em andamento.



Prédio funcional da Escola Guateka substituiu casa de pau a pique, que existia anteriormente

O deputado federal Geraldo Resende, que articulou a reconstrução da Escola Guateka, a implantação da quadra e agora a ampliação que vai possibilitar a implantação de ensino profissionalizante, avalia que todas essas conquistas têm o objetivo de propiciar melhores condições de vida à população indígena, que a seu ver, tem os mesmos anseios e direitos que a população não índia.

“A oferta de cursos profissionalizantes vai instruir e qualificar a juventude indígena, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho da região da Grande Dourados”, afirma Geraldo. “Muitos são os problemas que afligem a comunidade indígena, pois são quase 14 mil pessoas residindo e compartilhando uma área de 3,5 mil hectares de terra, convivendo com os mais variados problemas como drogas, bebidas, suicídios, entre outros, pela falta de perspectiva de vida”.

De acordo com o parlamentar, a maioria dos homens, a partir dos 18 anos, dedica-se ao trabalho braçal nas usinas de álcool e açúcar da região. “É comum deparar com ônibus lotados entrando e saindo da Reserva para tal finalidade”, constata, lembrando que a construção do novo prédio da Escola Estadual de Ensino Médio já está mudando esta realidade.

CONT.



Escola reconstruída

A reconstrução da Escola "Guateka", que ocorreu em 2009, coroou uma luta de Geraldo Resende e de lideranças, em favor da educação dentro da Reserva Indígena de Dourados. O novo prédio, que reúne modernidade e funcionalidade, foi viabilizado por meio de uma parceria entre o governo do Estado e o Ministério da Educação, que garantiram R\$ 726.954,50 para a execução da obra.

O prédio tem 480 metros de área construída, num terreno de 10 mil metros quadrados. É composto por um bloco pedagógico com seis salas de aula, uma sala de informática e uma sala de leitura. Na parte destinada ao bloco administrativo, há salas para diretoria, arquivo, dois sanitários, secretaria e almoxarifado. O setor de serviços tem estrutura para vestiários, sala para material de limpeza, área de serviço, despensa, cozinha e sanitários masculino e feminino. O pátio coberto tem a forma de uma oca.

A construção da quadra coberta da Escola Estadual "Guateka" Marçal de Souza, está em fase final. As obras começaram em novembro do ano passado, com previsão de entrega em 180 dias. No projeto, estão sendo investidos R\$ 302.015,89 em recursos garantidos por meio de parceria entre o deputado federal Geraldo Resende (PMDB) e o Governo do Estado, junto ao Ministério da Educação.

Governo garante benefícios para o distrito de Extrema

SÍTIO CORREIOPOPULAR, 04.03.2013



Para mostrar que todas as regiões de Rondônia merecem atenção, o governador Confúcio Moura esteve na última semana, no distrito de Extrema, na Ponta do Abunã, onde levou diversos benefícios na área da educação, entre eles, a assinatura da ordem de serviço para a construção de duas escolas indígenas e da quadra poliesportiva da Escola Estadual Jaime Peixoto de Alencar.

Com investimento de mais de R\$ 370 mil, recursos viabilizados por um convênio firmado entre o governo federal, através do Ministério da Educação (Mec), e governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), será construída a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maia, na Aldeia 'Marmelinho' no Ramal do Boi, e a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Kurana Kaxarari, na Aldeia Paxiúba, Linha 2.

As instituições terão salas de aula, pátio coberto, cozinha, e hall com área de serviço e banheiro. "Ouço dizer que a educação tem muito dinheiro, mas tudo que for investido em educação, ainda assim é pouco. Estamos trabalhando para mudar nossos indicadores no Estado, buscando boas parcerias. Essa ordem de serviço assinada hoje é uma forma de incluir essa comunidade em uma formação humanitária, voltada para a cultura e valores deste povo", destacou a secretária da Seduc, Isabel de Fátima Luz.

O Governo também investiu na compra de veículos e barcos para facilitar o transporte escolar. O governo prevê ainda, a construção de 20 escolas indígenas, uma delas, ficará no município de Guajará-Mirim.

Tião Viana recebe lideranças de Tarauacá e garante apoio na celebração do centenário da cidade

SÍTIO AGENCIA, 04.03.2013

Lideranças políticas de Tarauacá participaram na tarde desta segunda-feira, 4, de reunião com o governador Tião Viana, na sala de situação da Casa Civil. No encontro foram discutidas ações na área de educação e detalhes da celebração do centenário da cidade.

Foto: Gleilson Miranda



Lideranças políticas de Tarauacá participaram na tarde desta segunda-feira, 4, de reunião com o governador Tião Viana

O prefeito Rodrigo Damasceno e o vice-prefeito, Chagas Batista, estavam acompanhados por vereadores do município e apresentaram algumas reivindicações que foram amplamente discutidas para que se chegasse ao consenso com o governador e sua equipe de assessores.

Também participaram da reunião o vice-reitor do Instituto Federal do Acre (Ifac), Breno Silveira, o secretário de Educação, Daniel Zen; presidente da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), deputado Élon Santiago; deputado Moisés Diniz e deputado Walter Prado.

Na área de Educação, Tião Viana comprometeu-se a manter o apoio para a construção de um campus do Ifac na região e apoio para a construção de uma unidade da Universidade Federal do Acre em Tarauacá.

CONT.

Foto: Gleilson Miranda



No encontro foram discutidas ações na área de educação e detalhes da celebração do centenário da cidade

“O governo também será um apoiador da celebração do centenário da cidade. A população merece essa comemoração pela sua história de luta e também para elevar sua autoestima”, comentou o governador.

Chagas Batista, vice-prefeito, ressaltou que a comemoração dos 100 anos da cidade vai marcar um novo tempo para Tarauacá. Para a realização da festa o governo disponibilizará R\$ 100 mil, outros R\$ 200 mil serão divididos entre a Aleac e a Prefeitura do município.

Vereadores agradecem apoio

Os vereadores do município agradeceram a disponibilidade do governador em receber as lideranças.

O vereador Narço Kaxinawá, liderança indígena, afirmou que estava satisfeito em participar da reunião com Tião Viana. “Ficamos satisfeitos em ver a acolhida que temos de nossas reivindicações”, disse Narço Kaxinawá.

Manoel Kaxinawá, vereador do município, frisou “um povo com oportunidade tem condições de se desenvolver”.

Manoel Monteiro acrescentou que as notícias ouvidas no encontro alegram por serem baseadas na verdade. “Muito me alegra saber que teremos chance de ver nossos filhos qualificados, nosso jovens com oportunidades”.

Nota sobre o assassinato do Guarani Kaiowá Denilson Barbosa e as investigações
SÍTIO CIMI, 04.03.2013



O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) vem a público se manifestar sobre a morte do indígena Guarani-Kaiowá Denilson Barbosa, de 15 anos, brutalmente assassinado na noite do dia 16 de fevereiro de 2013 pelo proprietário da fazenda Santa Helena, Orlandino Gonçalves Carneiro, réu confesso, na área que incide sobre território reivindicado pelos indígenas como tekoha Pindo Roky.

O Cimi apoia a reivindicação do Conselho da Aty Guasu (grande assembleia Guarani e Kaiowá) de que o Governo Federal deve implementar, de forma imediata, um programa de segurança nas comunidades que estão em luta pela demarcação das terras, dentre elas a Tey'ikue, que ocupa a área da fazenda onde Denilson foi morto. De acordo com os relatos das lideranças indígenas, ocorreram dois ataques de fazendeiros e pistoleiros desde o dia 18, quando houve a retomada da fazenda pelos Guarani e Kaiowá.

Reforçamos também a urgência de que as investigações que envolvem o caso sejam imediatamente assumidas pela Polícia Federal, a exemplo das investigações do assassinato de Nisio Gomes, em novembro de 2011. Lideranças indígenas do Tey'ikue e do Conselho do Aty Guasu posicionaram-se publicamente exigindo o deslocamento da competência das investigações da Polícia Civil para a Polícia Federal, preocupados com o comprometimento da polícia estadual com os fazendeiros da região.

Também apoiamos a reivindicação dos indígenas sobre a necessidade de que sejam indicados novos delegados federais para assumir o caso, em substituição aos que atuam na região, uma vez que estes foram denunciados pelos indígenas em carta endereçada ao Governo Federal por uma atuação "declaradamente anti-indígena" e preconceituosa.

As contradições e divergências existentes entre os depoimentos do fazendeiro Orlandino e dos dois indígenas, que também foram vítimas dos disparos e que presenciaram o assassinato do adolescente Denilson, reforçam ainda mais a versão de que o crime foi doloso.

CONT.



A comunidade, portanto, refuta a versão de que o fazendeiro, naquela noite de 16 de fevereiro, teria atirado da varanda de sua casa na direção do criadouro de peixes porque ouviu barulho e os latidos dos cães. A distância da varanda da casa até o local onde Denilson foi morto é de pelo menos 400 metros. A pergunta que deve ser respondida é como um senhor de 61 anos de idade, durante a noite, portanto no escuro, e a mais de 400 metros acertou um tiro na cabeça do adolescente? O Cimi confia plenamente na versão dada pelos indígenas e reafirma se tratar de um caso de homicídio com fortes traços de execução.

Em seu relato, Orlandino negou a participação de outras pessoas no crime, contradizendo o depoimento das duas testemunhas que viram Denilson ser assassinado, onde apontaram a participação de três pessoas no homicídio. Para o Cimi, ao omitir esta informação, Orlandino estaria tentando descaracterizar a prática de 'segurança'/pistolagem da área, recorrente nas áreas de conflito Guarani e Kaiowá, que já resultaram em incontáveis ataques a acampamentos e aldeias, e pessoas feridas, torturadas, desaparecidas e mortas.

O Cimi compreende que a defesa feita pelos advogados do fazendeiro tem o objetivo de despolitizar o conflito, tratando a morte de Denilson como uma "fatalidade", um crime comum, tirando-o da dimensão de crime contra os direitos humanos. É importante enfatizar que as áreas do entorno das reservas ocupadas por fazendas foram estudadas nos levantamentos feitos pelo Grupo Técnico (GT) de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua, cujo relatório ainda está sob avaliação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e desde então, segundo relatos das famílias do tekoha Tey'ikue, onde vivia Denilson, os conflitos com o fazendeiro Orlandino se acirraram. Trata-se, portanto, de uma área de conflito, fruto de um processo histórico de confinamento - e das consequências geradas por ele - sofrido pelos indígenas Guarani e Kaiowá do estado, e não de algo que, conforme declarou à imprensa uma das advogadas do réu "poderia ter acontecido com qualquer outra pessoa".

Por isso, vimos a público declarar nossa solidariedade ao povo Guarani-Kaiowá na sua luta pela garantia do direito a terra e por justiça, e conclamamos a sociedade para que acompanhe com atenção a apuração de mais este assassinato. Não podemos permitir que assassinos de indígenas fiquem impunes. Denilson foi covardemente assassinado, seus familiares estão inconformados, sua comunidade clama por justiça.

Prefeito Chico Território visita Comunidade Quilombola e vistoria linhas vicinais
SÍTIO CORREIOPOPULAR, 04.03.2013

Sempre presente em meio ao povo, o prefeito de Costa Marques, Chico Território, esteve essa semana na comunidade de Santa Fé, na associação dos Quilombolas juntamente com o secretário de Agriculturas, Euclides, conheceu a situação dos moradores da região.



O secretário relatou que a prefeitura de Costa Marques vem desenvolvendo cursos com parceria da associação. Euclides destacou que o objetivo é trabalhar com as mulheres, em um possível aprimoramento desses cursos. Segundo o secretário, existem projetos do Governo do Estado em que disponibilizam quatro Agroindústrias que poderão estar sendo administradas, de acordo com a demanda local.

Rosangela, presente na reunião representando o secretário de Saúde Francisco Gargarim que no momento estava em viagem em busca de novas parcerias, argumentou a dificuldade enfrentada em busca de médicos, mas que hoje já conta, em seu quadro de serviço, com cinco médicos devidamente com CRM. Ele citou a importância de ouvir a opinião dos sócios da associação Quilombola a respeito do Plano Municipal de Saúde, com fim de atendimento dentro da comunidade, fazendo um breve relato das atividades executadas por sua secretaria.

O prefeito Chico Território antes de ir a Brasília, visitou a comunidade de Santa Fé, em busca de conhecer as demandas necessárias, ouvindo a comunidade local, para assim buscar projetos de acordo com a necessidade dos Quilombolas, viabilizando mecanismos para melhorar a qualidade de vida, destacando ser um dever a ser executado em prol do povo.

BIBLIOTECA AMBULANTE – O prefeito disse que enquanto não se concretiza seu pedido em Brasília pela Biblioteca ambulante, já relatou ao Secretário de Educação o desejo de disponibilizar um ônibus com professor para implantar o projeto nas comunidades. Chico Território expôs futuras parcerias com a CAERD (Companhia de Água e Esgoto do Estado de Rondônia) e a SEDAM (Secretaria do Estado do Desenvolvimento Ambiental), para desenvolvimento da comunidade, solicitando dos moradores, transparência também na associação e salientando que sua administração é pautada no diálogo.

Durante o encontro, “Dona Preta” confirmou que a Educação melhorou e que os alunos de 1º ao 5º ano já tem transporte escolar desde o primeiro dia de aula, porém solicitou apoio junto aos menores de 2 a 4 anos, pois irá fazer um levantamento nas três comunidades da quantidade e que repassará os dados a secretaria para que se possa estar trabalhando em conjunto e parceria.

CONT.



A representante da comunidade também solicitou acompanhamento da EMATER (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia) devido o plantio de algum produto encontrar deficiência e/ou doença não sanada pelos moradores para fins de informação e instrução para solucionar o problema.

O secretário de Agricultura Euclides destacou, no fim do encontro, que não medirá esforços junto à comunidade, sendo que os recursos disponíveis deverão ser implantados em benefício da população. Ele agradeceu a presença do Prefeito Chico Território e por se preocupar constantemente com o povo, visto a necessidade de ver suas dificuldades a todo o momento. Com informações da Assessoria.

Acabou o tempo de obras públicas com nome de políticos

SÍTIO VERMELHO, 04.03.2013



Flávio Dino elogia iniciativas de prefeitos que homenageiam pessoas da comunidade.

“Acabou o tempo em que escolas e obras públicas eram feitas com nome de políticos. Aqui se valoriza a comunidade, a pessoa que vive neste lugar todos os dias.” A frase dita por Flávio Dino marcou o final de semana na região Leste do Maranhão, onde o presidente da Embratur esteve para participar do Encontro Intermunicipal de Esportes no Maranhão e de inauguração de escolas e centros esportivos.

A entrega da primeira escola quilombola do Maranhão no povoado Mandacaru (zona rural de Matões) foi um dos eventos mais festejados do fim de semana. Com o nome de “Pedro Barba”, a escola homenageia um dos maiores líderes comunitários da área, falecido no início de 2012. É proibida por lei (nº 6454/77) a nomeação de espaços públicos com homenagem a pessoas vivas.

A escola possui oito salas de aula climatizadas, uma sala de informática e uma sala de leitura. A estrutura de atenderá 300 alunos do povoado remanescente de quilombos, que hoje possui dois mil habitantes.

Para Flávio Dino, os investimentos corretos em políticas educacionais descentralizadas e de qualidade são os pontos fundamentais de uma administração avançada.

CONT.



"Quando vemos uma estrutura como essa, percebemos que este é um símbolo da preocupação com uma escola, que vai além do prédio. A preocupação primeira que é com alunos, professores, funcionários e pais de alunos, os principais beneficiários das ações de qualquer governo."

A unidade Pedro Barba é uma das três escolas municipais que atendem à população da área. Funcionando em regime de tempo integral, as crianças que frequentarão a unidade de ensino recém-inaugurada terão direito a aula no período matutino, refeição e atividades extra-curriculares na parte da tarde.

"Tudo isso aqui foi construído com apoio do governo federal e recursos próprios do município. É um trabalho que estamos tendo com a educação de Matões. Temos outras 30 escolas que já funcionam em regime de tempo integral e isso é um orgulho para nossa cidade, para nosso povo, que pode confiar no trabalho realizado com seriedade," disse Suely Pereira, prefeita de Matões.

Líder da oposição na Assembleia Legislativa, o deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB) ressaltou a importância de obras construídas com esforço conjunto entre município e governo federal. "São parcerias que dão certo, que estão para além do período eleitoral. A prefeitura de Matões é um exemplo para o Maranhão: uma prefeitura que apresenta resultados ano após ano e, mesmo sem o apoio do governo do estado, consegue ser referência para todo o Maranhão," finalizou.

O deputado Bira do Pindaré elogiou os avanços observados em Matões e em Caxias, cidades visitadas durante o final de semana. "É de se admirar o que os prefeitos que apostam em novas políticas, em uma forma correta de se administrar conseguem fazer por sua população. Governando com responsabilidade e com vistas voltadas para o interesse da população, e não apenas às vésperas da eleição, o Maranhão pode avançar muito além," analisou o deputado.

Incentivo ao esporte

Na noite de sexta (1º), Flávio Dino participou da inauguração de mais uma quadra poliesportiva na sede de Matões. Dois meses após a reeleição, Suely Pereira entrega obras voltadas para o incentivo à educação e à prática de esporte.

"Ações como essas que temos visto no final de semana demonstram que é possível governar com independência e Suely Pereira orgulha o nosso partido porque mostra compromisso com o povo de sua cidade," frisou Roberto Rocha (PSB), vice-prefeito de São Luís e presidente da sigla.

Em Caxias, Flávio Dino participou também da inauguração da pista de atletismo Walter Viana do Nascimento. A denominação homenageia um destacado professor de educação física de Caxias, morto em acidente de trânsito em 2009. A dedicatória emocionou aos familiares presentes, entre eles Luzia, viúva de Walter, e os filhos do professor de educação física.

Participaram do evento também o prefeito de Timon, Luciano Leitoa e os ex-deputados Rubens Pereira e Chico Leitoa.



Incrá assentou suspeito de mandar matar extrativistas

SÍTIO YAHOO, 04.03.2013

BELÉM - O fazendeiro José Rodrigues Moreira, detido em Belém sob a acusação de ser um dos mandantes da execução do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, na zona rural do município de Nova Ipixuna (PA), foi assentado pela Superintendência do Incra de Marabá. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o fazendeiro foi assentado no mesmo lote que deu origem à disputa, cujo resultado foi o assassinato do casal, em maio de 2011.

Segundo a CPT de Marabá, a decisão do Incra beneficiando o mandante do crime ocorreu no dia 14 de dezembro de 2012, sendo que somente ontem a Comissão Pastoral da Terra teve acesso à informação. Segundo o inquérito policial que apura a morte do casal de ambientalistas, José Rodrigues comprou ilegalmente 144 hectares de terra, pelo valor de R\$ 100 mil, no interior do Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranhiera em 2010. Trata-se de uma área de floresta primária usada para atividade extrativista, com grande incidência de castanheiras, cupuaçus e açaís.

Metade da área que o fazendeiro comprou era ocupada por três famílias que passaram a ser ameaçadas de expulsão por José Rodrigues. Frente à ameaça, o casal de extrativistas executado deu apoio às famílias e impediu que José Rodrigues as expulsasse e se apropriasse da área. Por essa razão, conforme a denúncia do Ministério Público, José Rodrigues decidiu mandar matar o casal. O crime ocorreu no interior do Projeto de Assentamento no dia 24 de maio de 2011.

Logo após comprar ilegalmente os lotes, José Rodrigues levou 130 cabeças de gado para o local, que seria transformado em pastagem. Sua pretensão contava com a oposição do casal que fazia a defesa da floresta. A CPT e outras entidades rurais de Nova Ipixuna, além da Associação do Assentamento, entregaram farta documentação ao superintendente do Incra de Marabá, Edson Bonetti, com pedido de retomada dos lotes.

- Em vez de promover a retomada, o superintendente autorizou o assentamento do criminoso nos lotes. Um prêmio para o mandante das mortes que se encontra preso e que irá a júri no próximo dia 3 de abril em Marabá - afirmou o advogado José Batista Afonso, coordenador da CPT em Marabá, que classificou a decisão do Incra como uma afronta ao histórico de luta do casal de extrativistas mortos em Nova Ipixuna.

O advogado disse ainda que os movimentos sociais vão requerer ao Ministério Público Federal a apuração do caso para eventual instauração de inquérito contra o Superintendente do Incra. Procurado pela reportagem, Bonetti não foi encontrado para comentar a decisão do Incra.